

## Nota Técnica 44 - Educação de Jovens e Adultos (EJA) como Instrumento de Desenvolvimento Sustentável: Desafios, Alinhamento Institucional e Inclusão Produtiva

Sergio Kelner Silveira<sup>1</sup>

Carolina Beltrão de Medeiros<sup>2</sup>

### Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável do Brasil, como apontado por Rosalina Soares e Roberto Catelli Jr. em seu artigo<sup>3</sup> intitulado Educação de Jovens e Adultos, o Pilar para um Brasil Sustentável, publicado no Valor Econômico em 29/06/2024. Há muitos brasileiros que não concluem o ensino básico, limitando tanto o desenvolvimento individual quanto econômico e impactando o potencial de crescimento sustentável do país. Esta nota técnica aborda as estatísticas apresentadas pelos dois autores, os problemas identificados e as soluções propostas por eles para fortalecer a EJA e contribuir para o desenvolvimento nacional. Para complementar, apresentamos algumas estatísticas adicionais sobre o perfil da educação em quatro países, e interpretamos como essa combinação de fatores podem ser considerados à luz da teoria de Daron Acemoglu e James A. Robinson, apresentada no livro “Por Que as Nações Fracassam?”. Apresentamos um conjunto adicional de soluções, a partir da interpretação da teoria desenvolvida pelos dois autores ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2024, que reforçam o papel das instituições fortes para promover a inclusão.

#### 1. Desafios: a realidade brasileira

De acordo com Soares e Catelli Jr., o cenário atual da EJA no Brasil é preocupante. Cerca de 68 milhões de brasileiros, aproximadamente 44% da população com 15 anos ou mais, não concluíram a educação básica, revelando um grande desafio para o sistema educacional do país. Dentro desse grupo, cerca de 11,4 milhões de pessoas são analfabetas, o que corresponde a 6,2% da população nessa faixa etária. Apesar de o Brasil investir aproximadamente 5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, o que equivale a cerca de R\$ 280 bilhões por ano, os problemas estruturais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) permanecem, dificultando o avanço necessário. No contexto global, a situação também é desafiadora: aproximadamente 771 milhões de adultos no mundo são analfabetos, enquanto 250 milhões de crianças não estão aprendendo o básico. Se o ritmo atual se mantiver, espera-se que apenas 70% dos jovens conclua o

---

<sup>1</sup> Economista do NISP: sergio.kelner@fundaj.gov.br

<sup>2</sup> Pesquisadora do NISP: carolina.beltrao@fundaj.gov.br

<sup>3</sup> <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-de-jovens-e-adultos-o-pilar-para-um-brasil-sustentavel.ghtml>

ensino secundário até 2030, o que amplifica a urgência de políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios e promover o acesso à educação.

Soares e Catelli Jr. analisam os desafios que dificultam o avanço da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando vários aspectos críticos. Em primeiro lugar, a baixa escolaridade reflete uma realidade em que milhões de adultos ainda não concluíram a educação básica. Além disso, embora o Brasil invista uma parcela significativa de seu orçamento em educação, os recursos não têm sido suficientes para resolver os problemas estruturais da educação, impõe a necessidade de uma alocação mais estratégica, que considere as desigualdades regionais e sociais. Citam o exemplo da população negra/parda ocupando a maior parte dos vulnerabilizados e como esse fator exerce um impacto negativo, pois as disparidades de acesso à educação, também entre diferentes regiões e grupos raciais distintos, limitam a inclusão educacional de adultos nessas condições e nesses espaços territoriais. Outro ponto relevante é a falta de formação e capacitação contínua de professores, o que compromete a qualidade do ensino e a eficácia dos programas oferecidos. Por fim, há uma desconexão entre a EJA e o mercado de trabalho, o que reduz as oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico para os alunos, já que os currículos da EJA frequentemente não estão alinhados com as demandas profissionais atuais.

Para enfrentar os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), Soares e Catelli Jr. sugerem um conjunto de medidas estratégicas. Em primeiro lugar, o fortalecimento das políticas públicas de educação é essencial, com a implementação de políticas adequadas que estejam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, garantindo assim o acesso universal a uma educação de qualidade. Em segundo lugar, propõe o aumento do investimento e uma melhor distribuição de recursos, com o objetivo de ampliar o financiamento da EJA e alocar recursos de forma estratégica nas áreas onde são mais necessários. Outra medida é o desenvolvimento de programas de formação e capacitação para professores, disponibilizando-os para atender, de maneira eficaz, o público que compõe a EJA. Além disso, sugerem a criação de parcerias e a cooperação internacional, buscando estabelecer colaborações com organizações internacionais, como o Pacto Global da ONU, para que boas práticas educacionais sejam compartilhadas e adaptadas. Há também a necessidade de conectar a educação ao mercado de trabalho, por meio da incorporação de programas de qualificação profissional ao currículo da EJA, formando os alunos para melhores oportunidades de emprego.

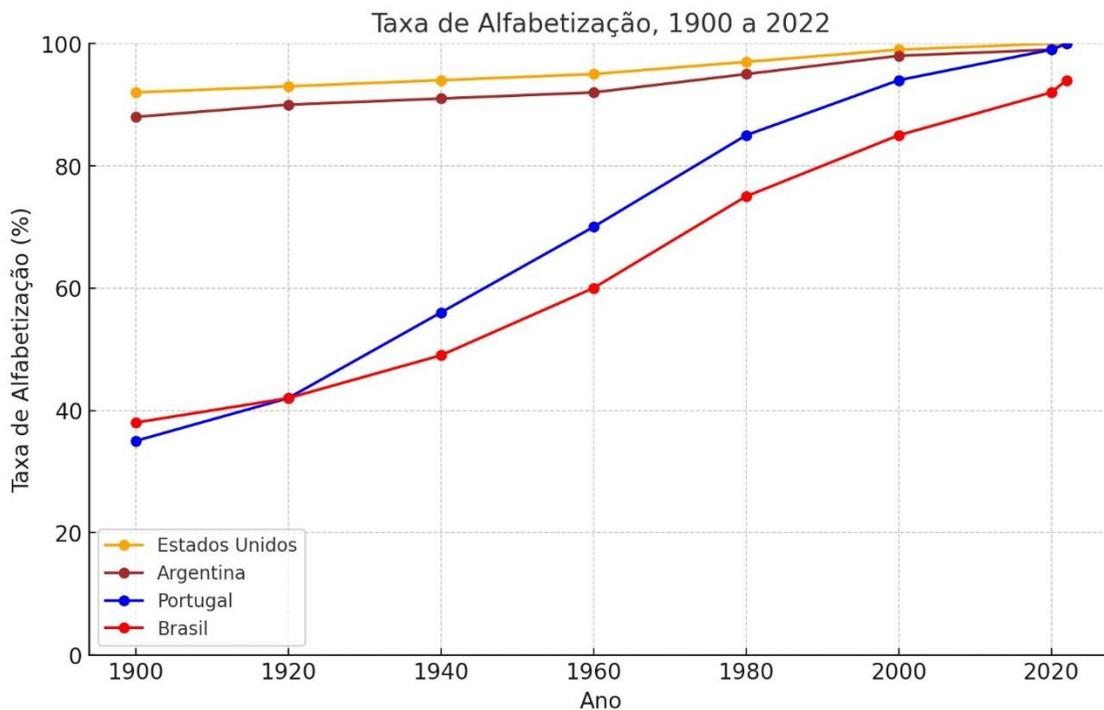
Por fim, destacam a importância da sensibilização e mobilização social, promovendo campanhas para conscientizar a sociedade sobre o valor da EJA e incentivar o retorno de

adultos ao ambiente escolar. Essas medidas, de acordo com os autores, se implementadas, têm o potencial de fortalecer a EJA e proporcionar uma educação inclusiva e transformadora para jovens e adultos.

Inicialmente é importante apresentar uma análise comparada dos indicadores de educação entre alguns países para referenciar a argumentação de Acemoglu e Robinson.

## 2. Desafios: a Análise Comparada da Educação em Países Selecionados

O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa de alfabetização entre 1900 e 2022 para quatro países: Brasil, Argentina, Estados Unidos e Portugal. A análise dos dados revela que o Brasil teve um crescimento mais lento na taxa de alfabetização em comparação com os outros países.



Fonte: Our World in Data (2024)

Estados Unidos e Argentina: Esses países já apresentavam uma taxa de alfabetização bastante alta em 1900, acima de 90%. Desde então, a curva de crescimento é relativamente estável, mantendo-se acima de 95% ao longo das décadas, com crescimento pouco significativo, pois já estavam próximos do limite máximo.

Portugal: Em 1900, Portugal estava com uma taxa de alfabetização abaixo de 50%, mas mostrou um crescimento constante ao longo do século XX. A partir da década de 1970, o país acelerou seu processo de alfabetização, chegando a taxas próximas de 100% a partir

de 1990. Este avanço relativamente rápido permitiu a Portugal se alinhar aos outros países desenvolvidos no final do século.

Brasil: O Brasil partiu de uma base significativamente mais baixa, com uma taxa de alfabetização abaixo de 40% em 1900. Até 1940, o crescimento foi modesto, e só a partir da segunda metade do século XX que o Brasil começou a ver uma aceleração mais significativa na alfabetização. Mesmo assim, o Brasil não alcançou os outros países até os anos 2000, quando chegou perto dos 90%. Em 2022, o Brasil ainda apresenta uma taxa de alfabetização inferior à dos outros países analisados, embora tenha havido um avanço notável ao longo do tempo.

### 3. Desafios: Padrão de Evolução no Brasil

O Brasil enfrentou desafios históricos no que diz respeito à educação básica. A ausência de políticas educacionais amplas e eficazes durante a primeira metade do século XX pode explicar parte dessa evolução mais lenta. Enquanto países como Argentina e Estados Unidos já tinham sistemas educacionais mais consolidados, o Brasil apenas começou a adotar políticas educacionais mais robustas em meados do século XX, especialmente após a década de 1960. A democratização do acesso à educação pública, especialmente com iniciativas de alfabetização e políticas de inclusão social mais recentes, ajudou a acelerar o crescimento nas últimas décadas. No entanto, o atraso acumulado ao longo do tempo é visível no gráfico. Essa evolução mais lenta reflete, em parte, a desigualdade social e os desafios econômicos que o país enfrentou ao longo do século XX, além de disparidades regionais que ainda influenciam os índices de alfabetização até os dias de hoje. Mas pesa a questão das instituições e como essas foram moldadas pela elite nacional e como esse molde contribuiu para não atingirmos um padrão de desenvolvimento de primeiro mundo.

### 4. Interpretação do Desenvolvimento à Luz de Acemoglu e Robinson

De acordo com Soares e Catelli Jr essa situação é resultado de dificuldades de acesso e permanência na escola, que estão diretamente ligadas a fatores econômicos, sociais e culturais. Mas cabe ampliar o debate e questionar: quais são as causas subjacentes aos três fatores acima citados? Uma das possibilidades reside na fragilidade de como as instituições podem incluir ou excluir as pessoas no processo de desenvolvimento sustentável.

Acemoglu e Robinson, em *Por Que as Nações Fracassam*, defendem que o desenvolvimento e a prosperidade de uma nação estão intrinsecamente ligados às suas instituições políticas e econômicas. As instituições inclusivas — aquelas que promovem a participação ampla e oferecem oportunidades para todos — são vistas como

fundamentais para o crescimento econômico sustentável. Já as instituições extrativistas, que concentram poder e recursos em uma pequena elite, impedem o desenvolvimento e perpetuam a pobreza e a desigualdade.

Ao aplicar essa perspectiva ao contexto da EJA no Brasil, observa-se que o conjunto do planejamento das políticas públicas, em muitos aspectos, reflete características de instituições extrativistas.

Caio Prado Jr. abordou o padrão das instituições brasileiras em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de 1942, onde analisa como a estrutura socioeconômica do Brasil colonial moldou instituições que permanecem até hoje com características de desigualdade e extrativismo. Prado Jr. argumenta que essas instituições foram desenvolvidas para sustentar uma economia baseada na exploração de recursos e trabalho, criando padrões institucionais focados na manutenção de privilégios e da ordem colonial, sem o desenvolvimento de estruturas inclusivas para a sociedade em geral. Celso Furtado publicou *Formação Econômica do Brasil* em 1959. Nesse livro, Furtado analisa o desenvolvimento econômico brasileiro desde a colonização, explorando como a economia brasileira se formou a partir de uma estrutura voltada para o mercado externo e a exploração de recursos naturais, o que moldou o padrão das instituições e das desigualdades sociais no país.

Nessa perspectiva as instituições podem ser definidas como inclusivas ou extrativistas, e essa classificação é central para entender o desenvolvimento e o sucesso econômico de uma nação.

- Instituições Inclusivas: são aquelas que promovem a participação de grande parte da população na atividade econômica e política. Essas instituições criam um ambiente que incentiva a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento humano, com base em alguns pilares:
  - i. Garantia de direitos de propriedade: indivíduos e empresas têm a confiança de que poderão manter o que ganham e possuem, incentivando investimentos de longo prazo;
  - ii. Economia de mercado e livre concorrência: o mercado regula as atividades econômicas, permitindo que as pessoas atuem livremente, promovendo inovação e desenvolvimento;
  - iii. Inclusão política: uma sociedade possui um sistema político que permite a participação ampla e plural nas decisões, normalmente associadas à democracia e ao respeito aos direitos humanos.

Essas instituições, ao darem oportunidades para todos, acabam incentivando o crescimento econômico e a estabilidade social.

- Instituições Extrativistas: As instituições extrativistas, por outro lado, são aquelas que concentram o poder e os recursos nas mãos de uma pequena elite, ou que impedem o desenvolvimento de grande parte da população. São chamadas de “extrativistas” porque extraem a riqueza de muitos para o benefício de poucos. Seus principais aspectos incluem:
  - I. Concentração de poder e recursos: uma minoria controla o poder econômico e político, excluindo a maioria da população das oportunidades e dos benefícios econômicos;
  - II. Baixa proteção de direitos de propriedade: indivíduos e empresas não têm garantias de manter o que possuem, o que desincentiva investimentos e gera insegurança econômica;
  - III. Ausência de mobilidade social: instituições extrativistas dificultam que os indivíduos ascendam socialmente, mantendo desigualdades que servem aos interesses da elite dominante.

Acemoglu e Robinson argumentam que as instituições extrativistas não estão preocupadas com o desenvolvimento econômico sustentável porque não incentivam a inovação nem o desenvolvimento humano, levando a uma estagnação ou ao colapso econômico ao longo do tempo.

Segundo os autores, países com instituições inclusivas tendem a prosperar porque oferecem um ambiente em que a maior parte da população pode contribuir para o crescimento econômico. Já os países com instituições extrativistas acabam impedindo o desenvolvimento, beneficiando apenas uma elite e, no longo prazo, tornando-se economicamente frágeis. Essa teoria desafia a ideia de que a geografia ou a cultura são os principais fatores de sucesso das nações, defendendo que são as instituições políticas e econômicas, e o tipo de incentivo que promovem, que podem explicar a catástrofe ou o fracasso de uma nação.

5. Alinhamento Institucional: Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta um plano colaborativo do Ministério da Educação com parceiros institucionais e da sociedade para enfrentar o analfabetismo e ampliar a escolaridade de jovens, adultos e idosos. Esse pacto visa superar a taxa de analfabetismo,

e elevar o acesso e a permanência na EJA, com ações voltadas para populações urbanas, rurais e para o sistema prisional.

Princípios e Objetivos: O pacto se fundamenta em princípios de governança colaborativa e intersetorial, com o engajamento de lideranças, movimentos sociais e o setor produtivo. Os objetivos incluem a erradicação do analfabetismo, aumento da escolaridade e oferta de EJA em conjunto com a educação profissional.

- Investimentos e Metas: Com R\$ 4 bilhões previstos para quatro anos, o pacto busca alcançar:
    - I. 900 mil estudantes no Programa Brasil Alfabetizado;
    - II. 540 mil beneficiários do programa Pé de Meia (ligado ao Bolsa Família na EJA);
    - III. 100 mil jovens no Projovem;
    - IV. 190 mil estudantes do sistema prisional, entre outros.
  - Programas e Estratégias Principais:
    - I. Pé de Meia: apoio aos estudantes da EJA no Bolsa Família.
    - II. PDDE-EJA: incentivo para escolas que ofertam EJA.
    - III. Novo Ciclo do Programa Brasil Alfabetizado: inclusão de educadores e turmas locais.
    - IV. Fator de Ponderação da EJA no FUNDEB: aumento de incentivos financeiros.
    - V. EJA Integrada à Educação Profissional: currículo voltado à capacitação técnica.
    - VI. Projovem Urbano e Campo: expansão da EJA para áreas de baixa oferta.
    - VII. Formação de Professores e Gestores: capacitação continuada.
    - VIII. PNLD-EJA: distribuição de livros didáticos para estudantes e educadores.
    - IX. Chamada Pública: mobilização para estimular matrículas na EJA.
    - X. Sistema Cadeja: plataforma de dados integrados para monitoramento e planejamento da EJA.
  - Governança e Parcerias: A gestão do pacto conta com a CampEja e a CNAEJA, articulando ministérios e organizações em governança executiva e consultiva, além de acompanhamento pela Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunais de Contas.
  - Dimensões Intersetoriais: A atuação se distribui em quatro dimensões:
    - I. Sistema: Criação do Cadeja para registro e monitoramento;
    - II. Incentivos: Ações que motivem a adesão e oferta de EJA;
    - III. Suporte: Apoio de outros ministérios, como saúde, cultura e juventude;
    - IV. Oferta: Ações direcionadas para grupos específicos, como o sistema prisional e assentamentos rurais.
6. Alinhamento Institucional: As Lacunas do ProEja

A análise das propostas do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na EJA revela que, embora abrangente em diversas áreas, há uma lacuna significativa em relação ao empreendedorismo. A ausência dessa dimensão limita o potencial da EJA como promotora de autonomia econômica, ignorando um aspecto central amplamente discutido nas eleições municipais de 2024.

- Relevância do Empreendedorismo para a EJA
  - I. Inclusão Econômica e Mobilidade Social: O empreendedorismo é reconhecido como uma via essencial para inclusão econômica e mobilidade social, especialmente em contextos em que as oportunidades de emprego formal são escassas. A EJA, ao não integrar de forma explícita as capacitações voltadas para o empreendedorismo, perde a oportunidade de promover um tipo de formação que atende diretamente à realidade de muitos, que frequentemente necessitam de uma alternativa ao emprego formal.
  - II. Impacto na Economia Local: Em várias regiões menos favorecidas, o empreendedorismo local é uma das principais formas de desenvolvimento econômico. A inclusão de conhecimentos e habilidades empreendedoras na EJA poderia estimular a criação de negócios locais, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável nas comunidades mais carentes.
  
- Conexão com as Demandas da População e o Debate Público

Durante as eleições municipais de 2024, o empreendedorismo foi uma questão central do debate, especialmente entre candidatos que buscaram atrair o apoio de eleitores que enxergam nas pequenas empresas e negócios familiares uma alternativa ao desemprego e estão desesperançados com as perspectivas do mercado de trabalho, principalmente o que emprega perfil de baixa qualificação e paga baixos salários. A cartilha do Pacto EJA, ao ignorar essa pauta, demonstra um desalinhamento com as demandas atuais da população, o que poderia comprometer a aceitação e a eficácia da EJA entre potenciais beneficiários.

- Propostas Incompletas de Integração ao Mercado de Trabalho

Embora a cartilha proponha a integração da EJA à educação profissional e tecnológica, as ações descritas enfatizam o treinamento para ocupações que respondem a demandas do mercado formal. A ausência de formação para o empreendedorismo representa uma lacuna na estratégia de qualificação, deixando de abordar as habilidades necessárias para o desenvolvimento de negócios próprios, como planejamento financeiro, marketing e inovação, que seriam altamente relevantes para muitos alunos da EJA.

## 7. Inclusão Produtiva: o Impacto na Eficácia do Programa e Sugestões de Melhorias

A ausência de foco no empreendedorismo pode limitar o impacto transformador do Pacto. Uma EJA que inclua o empreendedorismo em suas estratégias poderia responder diretamente a necessidades de formação prática, capacitando beneficiários para criar seus próprios meios de subsistência e contribuir para a economia de suas comunidades.

Para ampliar o alcance e a relevância do Pacto, seria recomendável a criação de módulos específicos de empreendedorismo dentro da EJA. Esses módulos poderiam incluir desde a elaboração de planos de negócios até habilidades práticas de gestão e inovação, em parceria com entidades que apoiem o desenvolvimento de micro e pequenos negócios.

Utilizando a teoria de Acemoglu e Robinson, podemos propor soluções para esses problemas estruturais colocados no artigo do Valor Econômico por Soares e Catelli Jr, enfatizando a importância de instituições inclusivas que promovam a participação e o desenvolvimento equitativo. Seguem algumas soluções alinhadas com essa abordagem:

- Baixa Escolaridade: Para resolver o problema do analfabetismo e da baixa escolaridade, é crucial que as instituições tornem o acesso à educação mais inclusivo e ampliado, como:
  - I. Políticas inclusivas de acesso à educação ao instituir políticas que removam barreiras econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Isso inclui programas de apoio financeiro, como bolsas e auxílios de transporte, além de ações para sensibilizar as comunidades sobre a importância da educação, inclusive para inclusão produtiva.
  - II. Incentivo à alfabetização de adultos ao fortalecer programas de alfabetização de adultos com recursos direcionados e metodologias adaptadas às necessidades dessa população, considerando as perspectivas do beneficiário do programa.
  
- Investimento Insuficiente e Inadequado: A alocação mais estratégica de recursos na educação de jovens e adultos deve focar em atender áreas de maior vulnerabilidade social e estrutural.
  - I. Instituições responsáveis e transparentes na alocação de recursos ao criar mecanismos que incentivem a eficiência e a responsabilidade na gestão dos recursos educacionais, levantadas as demandas de formação por meio de consulta no território e considerando as características desse território e de sua população.
  - II. Transparência no uso do orçamento, acompanhada por auditorias e avaliações, garante que o investimento seja direcionado de forma eficaz para onde for mais necessário, evitando o direcionamento para fins que fogem ao perfil territorial ou mesmo evitados de orientação ideológica.

- III. Programas de incentivo e responsabilidade local ao oferecer incentivos e maior autonomia para que os municípios e estados adequem os recursos às suas realidades, mas com metas claras de desempenho e qualidade.
- Desigualdades Regionais e Sociais: A inclusão educacional precisa ser reforçada para reduzir desigualdades regionais e sociais. Acemoglu e Robinson destacam que a desigualdade impede o desenvolvimento a longo prazo, então:
    - I. Políticas inclusivas para áreas marginalizadas ao fomentar investimentos na educação em regiões desfavorecidas por meio de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, professores treinados e materiais didáticos suficientes para EJA, considerando a realidade local.
    - II. Incentivo ao desenvolvimento local e à mobilidade educacional: ao criar programas que ofereçam mais oportunidades educacionais para adultos de áreas periféricas e rurais, incentivando a mobilidade social através do acesso à educação de qualidade e de políticas de inclusão e capacitação, principalmente, para o mercado.
      - Falta de Formação e Capacitação de Professores: Instituições educacionais devem fomentar a capacitação e o desenvolvimento contínuo de professores. A baixa formação afeta diretamente a qualidade da educação. Soluções possíveis incluem:
        - I. Políticas de valorização e formação de educadores ao promover políticas que incentivem a formação contínua de educadores da EJA, oferecendo cursos, treinamentos e certificações gratuitas. Para isso, as instituições podem contar com parcerias com universidades e centros de pesquisa e as instituições que compõem braços de apoio do setor produtivo.
        - II. Desenvolvimento de uma carreira docente inclusiva e sustentável ao criar carreiras atrativas para os professores, com planos de carreira e reconhecimento para que possam progredir profissionalmente, incentivando-os a permanência e contribuindo de forma sólida na área.
      - Desconexão com o Mercado de Trabalho considerando que a EJA deve se alinhar mais com as demandas do mercado, criando um ambiente inclusivo que permita aos alunos da educação de jovens e adultos se desenvolverem economicamente. As soluções incluem:
        - Integração com cursos técnicos e formação profissional ao implementar módulos de formação profissional e qualificação técnica na EJA, alinhados às demandas regionais e setoriais do mercado. Isso torna o sistema educacional mais responsivo e conectado à realidade econômica dos beneficiários.
        - Parcerias com o setor privado para capacitação e empregabilidade: Estabelecer parcerias com empresas locais para oferecer capacitações específicas e

oportunidades de trabalho aos alunos da EJA, criando uma rede que facilite a empregabilidade e promova o desenvolvimento econômico local.

Há que se enfatizar mais a transformação das estruturas institucionais para garantir mudanças sustentáveis e de longo prazo. Há um aspecto no planejamento público que foca esse processo prioritariamente em políticas operacionais e em mobilização de recursos e esforços no curto prazo. Mas a visão institucionalista sugere que, sem instituições inclusivas e mecanismos de responsabilidade e transparência, as melhorias podem não efetivas.

### Conclusão

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel estratégico no contexto do desenvolvimento sustentável, ao oferecer oportunidades educacionais para populações historicamente excluídas e ao contribuir para a mobilidade social e a inclusão econômica. Os desafios enfrentados pela EJA no Brasil, conforme destacado, refletem barreiras estruturais que perpetuam a desigualdade e limitam o potencial de milhões de brasileiros em alcançar uma qualidade de vida digna e plena.

Ao analisar o cenário sob a perspectiva da teoria de Acemoglu e Robinson, podemos observar que as políticas e instituições educacionais devem ser concebidas para promover inclusão ampla, transparência e participação democrática, combatendo práticas extrativistas e favorecendo a distribuição equitativa de oportunidades. A superação dos problemas históricos e estruturais da EJA exige uma abordagem institucional robusta que garanta não apenas a alocação adequada de recursos, mas também a implementação de práticas eficazes de gestão e governança que incentivem o desenvolvimento humano e a inovação educacional.

Entre as soluções propostas, destacam-se o fortalecimento das políticas públicas de incentivo à EJA, a capacitação contínua dos educadores, a adaptação dos currículos às demandas do mercado de trabalho, além de investimentos direcionados a áreas e grupos mais vulneráveis. É essencial que esses esforços sejam sustentados por campanhas de conscientização social que valorizem a educação como um direito universal e indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a EJA, ao incorporar valores de inclusão e justiça social, não somente contribui para o avanço educacional do país, mas também estabelece um alicerce para o fortalecimento das instituições democráticas, promove a igualdade de oportunidades e sustenta o crescimento econômico. Essas mudanças exigem compromisso contínuo e colaboração entre governos, sociedade civil e setor privado para construir um Brasil mais

justo e sustentável, onde todos tenham a chance de desenvolver plenamente seu potencial.

#### Recomendações para Ações da Fundação Joaquim Nabuco

1. **Aprimoramento Institucional:** A Fundaj deve colaborar com outras instituições desenvolvendo pesquisas voltadas a fortalecer a governança e a transparência no planejamento, no financiamento e execução da EJA, promovendo parcerias para uma distribuição de recursos mais estratégica, voltada para áreas e grupos populacionais mais vulneráveis.
2. **Capacitação de Educadores:** Investir na formação e valorização dos professores da EJA é essencial. A Fundaj pode criar parcerias com universidades e centros de pesquisa para proporcionar programas de capacitação contínua, o que ajudará a melhorar a qualidade do ensino oferecido.
3. **Integração com o Mercado de Trabalho e Empreendedorismo:** Promover cursos de empreendedorismo e capacitação profissional considerando a base curricular da EJA, para melhor atender às demandas atuais da população adulta, especialmente em áreas onde o emprego formal é limitado. Esse enfoque poderia ser implementado em colaboração com o setor produtivo, conectando a formação educacional às realidades econômicas locais
4. **Monitoramento e Avaliação de Impacto:** Desenvolver sistemas de avaliação contínua para medir o impacto dos programas de EJA e ajustá-los conforme necessário. A Fundaj poderia contribuir com pesquisas e estudos para subsidiar a criação de um sistema integrado de dados para monitorar as metas e os resultados, promovendo ajustes e inovações em tempo real.
5. **Incentivo à Mobilização Social:** Contribuir para realização de campanhas de conscientização para mobilizar a sociedade sobre a importância da EJA para o desenvolvimento sustentável, estimulando o retorno dos adultos à educação. A sensibilização social amplia a aceitação e a participação dos potenciais beneficiários e contribui para a inclusão educacional.